

Identidade e poder no processo comunicativo: a multidimensionalidade dos sujeitos comunicantes

Julherme José Pires ¹

Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre²

Resumo: O objetivo deste artigo é propor uma perspectiva crítica para compreender o processo comunicativo. O caráter multidimensional dos sujeitos, que estão *em comunicação*, põe em cheque as pesquisas monocausais, funcionalistas e positivistas. Uma nova ciência da “recepção comunicativa” nasce a partir de olhares voltados à constituição identitária dos sujeitos e suas inter-relações históricas e políticas com os meios. Notamos que as dimensões identitárias pressupõem diferença, movimento, performatividade, intersecção e poder. Características essas que também são próprias da linguagem e das culturas, e que orientam o próprio devir das dimensões políticas da comunicação e dos sujeitos.

Palavras-Chave: Processo Comunicativo; Identidade; Poder.

Resumen: El propósito de este artículo es proponer una perspectiva crítica para enfrentar el proceso comunicativo. La naturaleza multidimensional de los sujetos, que están en comunicación, pone en jaque la investigación monocausal, funcionalista y positivista. Una nueva ciencia de la “recepción comunicativa” nace de miradas a la constitución de la identidad del sujeto y sus interrelaciones históricas y políticas con los medios de comunicación. Notamos que las dimensiones identitarias presuponen diferencia, movimiento, performatividad, intersección y poder. Estas características son también propias del lenguaje y de las culturas, y que guían lo propio devenir de las dimensiones políticas de la comunicación y de los sujetos.

Palabras-clave: Proceso Comunicativo; Identidad; Poder.

¹Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: julherme.pires@gmail.com

²Doutor em Ciências da Comunicação pela USP, professor/pesquisador do PPGCC-Unisinos. E-mail: efendymaldonado@gmail.com

Introdução

A pesquisa do campo conhecido como “recepção”, que lida supostamente com a última etapa do processo comunicativo, tem grandes desafios para cobrir seu objeto. Já é de conhecimento científico, a multidimensionalidade dos sujeitos e das ambiências comunicacionais que se apresentam no século XXI. Entretanto, há um desencontro entre teorização e prática de pesquisa, quando negamos o “modelo de Lasswell” (emissor – mensagem – receptor), mas ainda chamamos os sujeitos de “receptores”. Já está na hora da exclusividade desta concepção ser completamente abandonada. Muito mais do que meros recebedores, *os sujeitos são comunicantes*, ou seja, “[...] cidadãos que têm questões importantes para falar, ensinar, aprender, questionar e produzir” (MALDONADO, 2014, p. 26). Esse é o debate que precisa ser encarado para avançarmos no estado da arte e na problematização das pesquisas em comunicação. Que sujeito é esse que estamos lidando? Para além de teorias essencialistas, *psicologicistas*, *fisicistas*, *funcionalistas*, *positivistas*, para chegarmos a uma *teoria globalizante* fecunda e criticamente responsável, é preciso estabelecermos a transdisciplinaridade como foco de trabalho, e “sobre uma base pragmática e artesanal” [1] (CORCUFF, 2015, p. 65, tradução nossa).

Na busca por entender esse sujeito comunicante do século XXI, neste artigo, perpassamos pelo desenvolvimento de sua identidade. Os elementos e suas dimensões que cercam a construção do sujeito e de sua comunicação vêm à tona: a *performatividade*, requisitando de nós um olhar para as linguagens e as culturas; o *movimento*, dando a ver a necessidade de uma investigação diacrônica; a *interseccionalidade*, que se apresenta como parâmetro de avaliação do corpus; e a foz teórica, as *relações de poder*, onde todas as dimensões se atravessam, e que também é o campo de disputa e determinação das experiências do sujeito na sociedade e na comunicação.

Nessa cruzada, o objeto de nossa pesquisa é a identificação e problematização das relações histórico-midiáticas que se estabelecem na formação da dimensão política de *sujeitos comunicantes*, no contexto de processos comunicativos/midiáticos. Trata-se de uma busca por compreender como sentidos,

apropriações, ações e cosmovisões são gerados a partir do confronto do sujeito com narrativas e outros contextos midiáticos. As descobertas que partem daqui podem ser apropriadas para todas as pesquisas que se interessam em compreender os sujeitos, os fenômenos e os processos comunicacionais que nos cercam neste momento.

Elementos da identidade

Inicialmente podemos imaginar que a identidade é simples: *ser* alguma coisa, formaria a identidade e ponto. “Sou brasileiro”, “sou indígena”, “sou mulher”. Essas são características que separadas e unidas dariam corpo a identidade de uma pessoa. “Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente” (SILVA, 2009, p. 74). Mas não é assim tão simples. O entendimento das identidades parte de questionamentos sobre “[...] como nos construímos, percebemo-nos, interpretamos e nos apresentamos para nós mesmos e para os outros; sobre o deslocamento do indivíduo do seu lugar na vida social e de si mesmo” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 139). E a construção da identidade passa por três elementos principais: diferença, performatividade e movimento.

Para Silva (2009), a identidade depende da alteridade. Se “sou brasileiro”, logo, “não sou italiano, vietnamita ou senegalês”. Ou seja, quando afirmamos uma identidade, negamos todas as outras possibilidades. Se fossemos todos iguais e homogêneos, a discussão da identidade seria anulada. É por isso que ninguém se apresenta como “terráqueo”. Não há seres de outros planetas transitando por aqui que marquem *essa* diferença. E assim como a identidade depende da diferença, a diferença é inseparável da identidade, porque quando afirmo que “não sou peruano”, logo me identifico com outra nacionalidade. Identidade e diferença, na perspectiva de Silva, não são apenas vinculadas, mas é a partir da diferença que se dá o próprio processo de produção da identidade.

Identidade e diferença também resultam das culturas e das linguagens das civilizações. Nenhuma delas é característica natural, essencial ou inerente, elas “[...]”

têm que ser ativamente produzidas” (SILVA, 2009, p. 76). Assim, identidades e diferenças são montadas e remontadas todos os dias, dentro das mais variadas dimensões da vida social – como as midiáticas. “Segundo o linguista suíço Ferdinand de Saussure, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças” (SILVA, 2009, p.77). Eis a importância da artificialidade criada pelo homem na atribuição civilizacional até para a perspectiva individual.

Acontece que a linguagem em si é um sistema indeterminado e instável. Apesar de os fundamentos modernos pertencerem a “Filosofia das Ideias”, como aponta Bergson (Cf., 2005, p. 340), por sua própria natureza de artificialidade e distância do “referente” (ou do “conceito”, como aponta Saussure), ela é frágil e trabalha sob desempenho, no tempo e no espaço. O que torna a identidade e a diferença, instáveis e indeterminadas. Esta é a chave geral que nos encaminha para o impedimento da formação de uma “lei geral do sujeito”. “Ser brasileiro”, como aponta Silva (2009, p.80), “só tem sentido em relação com uma cadeia de significação formada por outras identidades nacionais que, por sua vez, tampouco são fixas, naturais ou predeterminadas”.

Nesse contexto, a produção simbólica e discursiva da identidade e da diferença não são assimétricas, elas estão em disputa. Esse processo de produção está sujeito “[...] a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas” (SILVA, 2009, p.81). O exemplo fundante na linguagem, utilizado por Silva, é dos pronomes “nós” e “eles”, que “não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder” (SILVA, 2009, p.82). Partindo de uma visão etnocêntrica, construída todos os dias com discursos nacionalistas, racistas e xenófobos, “nós” representa um grupo privilegiado no discurso dos opressores. Enquanto para os oprimidos, a oferta do “eles”, será sempre destinada aos almejados, aquilo que se gostaria de ser; discurso presente no *american way of life* e na perspectiva eurocêntrica, por exemplo. “Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas” (SILVA, 2009, p.83).

Silva (2009, p. 84) atribui dois movimentos ou forças atuantes dentro da identidade: “de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la”. Assim como a fixação da linguagem, a cristalização de uma identidade aparece como uma tendência, mas também como uma impossibilidade. A viagem é usada por Silva como um exemplo de experimentação “[...] da instabilidade e da precariedade da identidade”. E é esta constatação que leva a teoria cultural contemporânea, e os Estudos Culturais a prestarem atenção às teorias de gênero e de sexualidade, que tem feito notar o caráter ainda mais discursivo da identidade.

Butler (2001, p.153) argumenta que “as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva”, mas seria equivocado dizer que o discurso causa essas diferenças. Para a autora, elas se constroem naquilo que Foucault chama de “ideal regulatório”. “O ‘sexo’ não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (BUTLER, 2001, p.153). Dentro desse regime, é possível observar que o sexo é uma construção, “um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (BUTLER, 2001, p.154). Além disso, o sexo se estabelece, assim como a identidade, num processo contínuo de formação, que para Butler, nunca termina. Segundo a autora, toda a “materialização” do corpo funciona dentro desse ideal regulatório, o que ajuda a explicar como ela é normativa e impositiva. A “heteronormatividade”, neste caso, aparece como conceito central para enxergar a opressão desse suposto “essencialismo sexual”.

A formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da “abjeção” — e seu status para o sujeito — como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada (BUTLER, 2001, p. 156, grifos da autora).

A teoria da identidade e da diferença que observamos foi construída sob a constatação de que “a construção do gênero atua através de meios *excludentes*” e que esses “[...] recusam a possibilidade de articulação cultural” (BUTLER, 2001, p.161,

grifo da autora). Hall (2009, p.110) concorda nesse sentido quando diz que a identidade é construída no jogo de poder e da exclusão e que é “[...] resultado não de uma totalidade natural inevitável ou primordial, mas de um processo naturalizado, sobre determinado, de ‘fechamento’”. É pelo modelo da diferença, portanto, que os discursos hegemônicos operam.

Como explica Butler (2001, p.164), “o discurso é formativo”. Isso supõe que todo corpo não é puro, mas composto por essas terminações discursivas, por meio da “referencialidade” ou “citationalidade”. “Em termos filosóficos, a afirmação constativa é, sempre, em algum grau, performativa” (BUTLER, 2001, p.164). A performatividade não é um ato isolado ou singular, “é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o *status* de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição” (BUTLER, 2001, p.167, grifo da autora). Isso expõe como a identidade é *performativa*. Butler diz ainda que “esses esquemas regulatórios não são estruturas intemporais” (BUTLER, 2001, p. 168), mas que são construídas historicamente.

Toda essa teoria não supõe um “estruturalismo althusseriano”, muito pelo contrário, pois admite a função da agência na retomada do poder e nas revoluções subversoras do cotidiano. Aqui reconhecemos a utilidade da metáfora de “suturação” de Hall (2009, p.111), em que ele posiciona a questão da identidade justamente na *intersecção* entre “os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’” e “os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”.Essa remodelação teórica, no entanto, põe em xeque o próprio conceito de *identidade*. Hall sugere o emprego de “identificação” como uma alternativa, que incluiria o “processo de subjetivação” do sujeito. Hall (2009, p. 106) explica que “a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado”.

Hall argumenta que esse pensamento sobre a identidade/identificação carrega em si o movimento, a construção diacrônica, a multiplicidade, em vez da unidade. Para ele, identificação não tem tanto a ver com “‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’”, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como nós podemos representar a nós

próprios” (HALL, 2009, p.109). Para concluir, Hall defende a importância política da identidade – importância que só poderá emergir nas práticas de pesquisa a partir do reconhecimento dessa posição teórica: a formação da identidade entre a “suturação do psíquico e do discursivo”.

Essas problematizações evocadas pelos autores supracitados podem se transformar em base para refletirmos sobre os mais variados objetos de pesquisa na área da comunicação, incluindo e estabelecendo papéis de protagonismo aos sujeitos envolvidos nos processos comunicativos, ao trazer noções concretas sobre suas matrizes formadoras. Fica claro que a questão da identidade, da diferença e da performatividade, enquanto campo de disputa, permeia toda a pesquisa sobre sujeitos comunicantes.

Intersecções

Como vimos, a identidade do sujeito está sempre em movimento de desconstrução, e como consequência ela não é singular; ninguém tem apenas *uma* identidade. O que nos leva a refletir sobre outra proposição teórica das ciências: a *interseccionalidade*.

Os Estudos Culturais (EC) podem ter seu nascimento considerado sob uma égide, como explica Escosteguy (2001, p.141), “mais política do que analítica”. A categoria de análise de “classe” como principal, nos primeiros estudos, estava fortemente amparada pelo marxismo e pelo cotidiano de lutas enfrentadas na Europa pós *II Guerra Mundial*. É impossível resumir esse movimento a uma só estratégia, mas é primordial destacar que, até a década de 1970, as pesquisas relevavam poucos critérios qualitativos em suas análises. No mesmo período do deslocamento das teorias dos Estudos Culturais para outros continentes, como a América Latina, os Estudos Feministas protagonizaram uma mudança no espectro teórico da corrente. Para Escosteguy (2001), o encontro entre as duas correntes propiciou “novos questionamentos em torno de questões referentes à identidade, pois produziram

novas variáveis na sua constituição” (ESCOSTEGUY, 2001, p.152). Ainda no *Centre For Contemporary Cultural Studies*, espaço institucionalizado dos EC em Birmingham, a publicação *Women take issue* deu a ver a importância de se considerar outras categorias sociais, além de classe, como gênero e raça. Repoll (2010) considera esse um dos principais avanços dos EC. Era o abandono das “[...] explicações monocausais na compreensão das múltiplas relações de diversos elementos que compõem os complexos processos de produção de sentido” (RE POLL, 2010, p.128, tradução nossa).

Este espaço complementar de estudo da identidade serve justamente para alertar e ajustar a pesquisa para a noção entre a intersecção das variáveis sociais. Para Repoll (2010, p.101) [2], as dimensões de raça, gênero, sexo ou classe isoladas são insuficientes para a compreensão das relações sociais, “a articulação dos diversos fatores se mostra aqui não só como uma proposta analítica eficaz e uma ferramenta política, mas como uma postura antirreducionista, não relativista”. Afinal, o devir histórico é formado pela integração (mesmo em conflito), e não pela segregação das categorias.

Foi na ação e prática políticas que surgiram os questionamentos sobre a intersecção. Nos movimentos feministas da época da Ditadura Militar no Brasil, explica Rodrigues (2013), as mulheres negras começaram a sentir que a opressão não vinha apenas dos homens, mas que elas enquanto sujeitos negros tinham sua opressão aumentada, inclusive pelas mulheres brancas. Vendia-se um ideal de “mulher universal”, branca e de classe alta. Diante dessa problemática, explica Rodrigues, “mulheres negras militantes em tais organizações se propuseram a questionar essas práticas excludentes” (RODRIGUES, 2013, p.2). Um levantamento histórico da teoria da época mostra como quase não havia articulação entre as categorias de gênero e raça. E foi a partir da opressão vivida no cotidiano e as tensões dentro dos movimentos feministas, que essa problematização começou a ganhar corpo.

Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias “diferenças” que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim

como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Como explica Crenshaw (2002), o ato de unir um número tão grande de sujeitos em apenas uma ou duas categorias é reunir experiências gerais que acabam obscurecendo os problemas do cotidiano. “A extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero” (CRENSHAW, 2002, p.174).

Um exemplo que pode ajudar a esclarecer este ponto de vista, partindo da realidade brasileira, é o da mulher negra, pobre e homossexual. Na sociedade de hoje, essa mulher está bem abaixo em uma “cadeia de privilégios”, porque sofre uma *composição* de discriminações e outras relações de poder. É muito diferente de uma mulher negra rica heterossexual. Apesar de duas das variáveis serem a mesma, e ambas sofrerem com o sexismo e o racismo, uma delas tem condições de driblar os problemas econômicos que poderiam agravar sua situação, a partir da vulnerabilidade social, além de não sofrer discriminação por sua identidade sexual. Agora, imagine a primeira mulher comparada a um homem branco rico heterossexual. Há um abismo entre esses dois sujeitos, e, como consequência, diferentes relações de poder os cercam. Não falamos aqui de uma relação *fixa* entre opressor e oprimido, mas de categorias que já carregam em si as *forças das mediações sócio-históricas*, e participam ativa e dinamicamente da construção e da performatividade desses sujeitos.

Além dessas categorias performativas dos sujeitos, alerta Crenshaw (2002, p.174), outras posições históricas “simultâneas” precisam estar inseridas na investigação, como “outros fatores que contribuem para uma combinação de abusos dos direitos humanos que mulheres e, por vezes, homens enfrentam”. Mas Crenshaw (2002) já nos adverte de que encontrar a “discriminação interseccional” é mais difícil de identificar “[...]em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais

silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 176). Em termos gerais, Crenshaw (2002) define a *interseccionalidade* como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nossa proposta aqui é no sentido de estabelecer a *intersecção* – também pode ser *articulação* – enquanto epistemologia de olhar para os sujeitos. A metodologia gerada com base na teoria da interseccionalidade trabalha a partir das mediações que atravessam o objeto pesquisado. Torna-se, assim, uma imprescindibilidade científica olhar para as condições, discriminações e disputas histórico-construídas para delinear as categorias e focos de análise, já que essas relações de poder demandam e são fomentadas a partir da dimensão política dos sujeitos.

Relações de poder

A construção teórica que nos acompanhou até aqui dá a ver também que não há no sujeito *uma* dimensão política, pois ela *compõe* o sujeito “de cima a baixo”. A identidade, enquanto campo determinante de disputa, é política. A partir daí, é possível afirmar que a dimensão política também é marcada pela diferença, pelo movimento e pela performatividade. Portanto, quando nos referimos à dimensão política do sujeito, isso representa uma *abordagem* e um *objetivo de análise* do sujeito; *os componentes de apropriação e ação política dos sujeitos*.

Ora, se os seres humanos foram os únicos a construir um sistema de linguagens, fica claro porque somos os únicos a ter uma dimensão política. A justiça (por meio do sistema judiciário) como a conhecemos, através de nossas leis, por exemplo, não existe fora desse sistema. Os animais estão a mercê da “lei da selva”, ou

seja, não há lei fora do próprio instinto e da “sociabilidade selvagem” do habitat. A política se constrói, portanto, dentro da cultura e da linguagem. “O que a palavra manifesta, o que ela torna evidente para uma comunidade de sujeitos que a ouvem, é o útil e o nocivo e, conseqüentemente, o justo e o injusto” (RANCIÈRE, 1996, p.17).

A gênese da política, como remonta Rancière (1996), a partir dos volumes de *Política* de Platão, está na transposição (e equivalência) do sistema econômico de trocas, de escambo, e da ordem geométrica da justiça. Nessa perspectiva, a política não é voltada ao vínculo entre os sujeitos, nem às relações entre eles e uma comunidade, mas “ela é da alçada de uma contagem das ‘partes’ da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem, uma dupla contagem ou um erro na contagem” (RANCIÈRE, 1996, p.21). Essa condição da “política moderna”, enquanto epistemologia social, constrói aparatos discursivos que desagüam em sabedorias como a “liberal”. Para Rancière (1996), a “igualdade artificial” promovida por essa política, distorce a ordem natural do conceito de liberdade, trazendo-a ao campo da aritmética.

A liberdade vem, em suma, separar a oligarquia dela mesma, impedi-la de governar pelo simples jogo aritmético dos lucros e das dívidas. A lei da oligarquia é, de fato, que a igualdade ‘aritmética’ mande sem entraves, que a riqueza seja imediatamente idêntica à dominação (RANCIÈRE, 1996, p. 23).

Essa transposição da aritmética econômica à geométrica política está completada, mesmo que impossível de ser inteiramente equivalente. “Há política — e não simplesmente dominação — porque há uma conta malfeita nas partes do todo” (RANCIÈRE, 1996, p.25). E justamente esse erro de cálculo, causado pela incompatibilidade entre as duas formas, constrange a democracia e a torna tal como se expressa nas mais diversas sociedades. Rancière (1996, p.26) afirma que “a política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica de vínculo”. Isto é, *a escapatória da lógica aritmética, é a política em seu estado puro*. Toda a conformação do estado de transposição original é “apenas ordem da dominação ou desordem da revolta” (RANCIÈRE, 1996, p.27). A política é, portanto, fundada sob a égide da dominação, mas corrompida por sua própria

existência como “chave da própria cela”; é sua própria subversão, a metacrítica, o espaço de conquista e retomada de direitos, a revolução.

Afirma-se uma ciência que é política, aquela que não trabalha neutra num limbo social, isolada dos fatores condicionantes e da ordem opressora; daquela que busca a transformação, que aponta entre seus objetivos a construção de algo que vá desmontar algo na dominação e, assim, ampliar a base dos “sem-parcela”. Essa é a epistemologia política transformadora que serve como base em nossas problematizações e é justamente o ponto dessa política que é o alvo de entendimento na relação entre as mídias e *os sujeitos que as experimentam*.

Como miolo da dimensão política do sujeito, e de sua manifestação mais visível, estão as *lógicas de poder*. Na teoria de Foucault (1984), o poder não é uma instituição sólida, uma coisa que pode ser conquistada e solidificada eternamente sem variações. O poder não é algo que pode ser alcançado em sua materialidade, ou mesmo, não é algo, nem *uma* entidade. O poder é uma *ação*, uma *performance*. Aquele que “detém” o poder, na verdade, opera-o por tempo determinado em condições que lhe favorecem. Não há uma imanência de poder. Assim, mesmo um governo institucional autocrático, enfrentaria graves problemas ao usar seu poder de uma maneira ou de outra enquanto “potência máxima” de força coercitiva. Essa instância de poder precisa ser equilibrada para manter certa ambiência de paz e conforto, reduzindo o risco de entrar em conflito com outras lógicas de poder.

Há, claro, estratégias que “aumentam o poder”, mesmo em governos autocráticos violentos, e o fazem duradouro. Um exemplo notório nesse sentido são as estratégias tomadas pelas lideranças militares no período ditatorial do Brasil (1964-1985). Tanto os *Atos Institucionais* e a *religiosidade cívica*, quanto a cumplicidade dos meios de comunicação oligárquicos e de outros setores civis, serviram como caminhos para o estabelecimento prolongado do poder. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” (FOUCAULT, 1984, p.8). Isso nos mostra como o poder permeia a vida dos sujeitos, das dimensões psíquicas mais profundas às externas de sociabilidade. É por isso que o poder, para ser executado, não precisa ser

coercitivo e opressor, em sua inteligibilidade e discurso de superfície, como em uma ditadura. Mas pode estar centrada em modelo de “falsa-liberdade”, como no neoliberalismo patriarcal, hierárquico e funcionalista.

Mesmo assim, poder não é sinônimo de repressão. Os poderes democráticos, revolucionários também entram em ação, em disputa com a hegemonia, formando o *campo político*. No caso da ditadura militar no Brasil, milhões de pessoas lutaram todos os dias contra o regime, mesmo que de forma simbólica ou privada; assim como existem sujeitos na atualidade que, dominados por “verdades” conservadoras e opressoras, desejam sua volta.

Verdade é um conceito intimamente ligado ao poder. É possível dizer que a verdade é uma demonstração de poder. “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 1984, p.12). Foucault explica que cada sociedade tem suas verdades, seu espectro de discursos legitimados, que reafirmam o poder. Na sociedade brasileira, por exemplo, o liberalismo é a verdade, a lei que mantém a organização social. Obviamente essa verdade foi construída à força pelos EUA na época da Guerra Fria, em seus apoios unilaterais aos golpes militares e a revoltas contra governos com “tendências à esquerda comunista”; enquanto presidentes e correntes políticas nacionalistas, progressistas, soberanas, independentes, democráticas e populistas foram aniquiladas. Hoje, prova-se a efetividade da política estadunidense da época (e de hoje) ao reafirmar seu poder diante dos outros países, especialmente da América Latina e do Oriente Médio.

A *verdade* também encontra no sujeito, em sua construção identitária, a manifestação do “micro-poder”. O conjunto de concepções, morais, princípios – verdades – que os sujeitos têm são manifestações atualizadas de poderes construídos historicamente. Para pontuar, a verdade em Foucault, é entendida como o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1984, p.13). Assim como ele propõe, nossa análise científica tem de considerar os eixos que suturam as verdades estabelecidas no processo comunicativo objeto de pesquisa. “A questão política não é

o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade” (FOUCAULT, 1984, p.14).

Além da análise, a pesquisa em comunicação – de sujeitos comunicantes e processos comunicativos – deve se interessar em horizontes propositivos e na transformação social emancipatória. A chave para essa forma preocupada politicamente de se fazer pesquisa encontra uma alternativa interessante em Foucault. Para ele, a verdade poderia compor um regime de poder justo e propõe que uma nova “política da verdade” seria um caminho fecundo para desestabilizar poderes hegemônicos. E o meio de se fazer isso não seria:

[...] libertar a verdade de todo o sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento (FOUCAULT, 1984, p. 14).

O modo de fazer investigação crítica no campo do processo comunicativo aqui proposto, portanto, passa pela localização dos regimes de verdade, na obra e nos sujeitos comunicantes, sua análise e proposição de alternativas. A pesquisa em comunicação, mais do que apenas narrar certa “realidade”, encontra um papel social de transformá-la; e assim enriquecer as narrativas, as culturas, as mediações comunicativas que atravessam as nossas sociedades.

Considerações finais

Este artigo tratou da multidimensionalidade do sujeito e de aspectos identitários e performativos das dimensões ligadas às relações de poder que atravessam os processos comunicativos. A partir de uma pesquisa teórico-epistemológica, e que trouxe também noções metodológicas, foi possível compreender algumas das ambiências que articulam os processos comunicativos, as mídias, e os sujeitos comunicantes. Embora tenhamos apenas introduzido uma problematização que ainda tem uma infinidade de elementos para ser complementada, acreditamos que as proposições para encarar este desafio de pesquisa em comunicação estão feitas.

A articulação transdisciplinar e genealógica de teorias e metodologias, com base na construção artesanal e multidimensional, se mostram como chaves para conquistar o objeto e a solução para nossos problemas de pesquisa, por mais complexo que sejam. Solucionadas as questões epistemológicas iniciais, as pesquisas sobre sujeitos comunicantes trazem a possibilidade de entendermos toda uma gama de narrativas e construções simbólicas presentes, do nosso entorno social ao mundo globalizado. Além disso, será possível identificar e problematizar as relações de poder que atravessam a comunicação e os processos midiáticos, como eles produzem sentidos e participam dos contextos sociais.

Uma pesquisa sobre o processo comunicativo, portanto, deve conter a elaboração de focos de análise comprometidos com o objeto, em condições de considerar a multidimensionalidade, a performatividade, a identificação, a intersecção, as lógicas de poder e os regimes de verdade dos (e nos) sujeitos comunicantes. Em harmonia com o curso da vida e as construções do cotidiano, a pesquisa deve oportunizar uma investigação diacrônica, respeitando os vários aspectos que condicionam o objeto e entendendo a restrição fragmentada de seus resultados diante do fluxo contínuo de nossas existências.

Notas

[1] Traduzido do Espanhol

[2] Traduzido do Espanhol

Referências

BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CORCUFF, Philippe. ¿Qué ha pasado con la teoría crítica? Problemas, intereses en juego y pistas. *Revista Cultura y representaciones sociales*, v.9, n.18. México: UNAM, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MALDONADO, A. Efendy. *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: Processos receptivos, cidadania e dimensão digital*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução e Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RE POLL, Jerónimo. *Arqueología de los estudios culturales de audiencia*. Ciudad de México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2010.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.